

“A imigração também precisa de um pacto.” Especialistas desafiam partidos

 publico.pt/2024/02/23/sociedade/noticia/imigracao-tambem-precisa-pacto-especialistas-desafiam-partidos-2081267

Quando Clarissa Peixoto chegou a Portugal com a família, em 2019, vinha preparada. Amigos que já se tinham mudado do Brasil para Braga antes dela forneceram-lhe informações e apontaram-lhe caminhos para conseguir uma casa e escola para os dois filhos. Chegou com poupanças e uma casa arrendada a preços decentes, só faltava mesmo o trabalho, que surgiu rapidamente – faz limpezas e o marido é camionista, depois de três anos como cozinheiro num restaurante. “Vínhamos preparados, não senti qualquer dificuldade. As coisas complicaram-se depois, com a pandemia”, conta esta brasileira de 39 anos.

As complicações foram – e continuam a ser – ao nível do processo de regularização. A demora na obtenção dos documentos necessários ainda agora acabou de prejudicar o filho mais velho de Clarissa Peixoto, de 14 anos, que ficou impedido de participar num programa do Erasmus+, em Espanha, para o qual se qualificara, porque a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) ainda não enviou os cartões que atestam que a renovação da autorização de residência foi aprovada, depois de o processo ter sido tratado presencialmente em Dezembro. “Como imigrante, o que vejo como maior dificuldade é a burocracia, a demora”, conta.

O problema tem sido dos mais repetidos, ao longo dos anos, sempre que se discute imigração em Portugal, e não é por isso de estranhar que a ideia de tornar mais eficiente o processo de regularização daqueles que querem vir viver para o país esteja presente em alguns dos programas das forças políticas que participam nas legislativas marcadas para 10 de Março, como os do PS e do PCP. Embora, como salienta o especialista em geografia humana Jorge Malheiros, do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, este não conste dos temas consensuais a todos os partidos. Esses ficam reduzidos a dois: o combate à imigração irregular e a importância do ensino da língua portuguesa como forma de integração. “São dois aspectos positivos e tratados por todos. A partir daqui, começa a haver muitas diferenças e acho que, entre outras coisas, faltam propostas para ampliar alguns direitos, quer substantivos, quer formais”, diz.

Voltando à burocracia e à necessidade de tornar mais rápidos e eficientes os processos de regularização, o sociólogo Rui Pena Pires, investigador do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, aponta esse aspecto como um dos dois que considera essenciais, em qualquer política futura dedicada às migrações. “Precisamos, por um lado, de reforçar a regulação do mercado de trabalho e a vigilância dessa regulação, dando muitos mais meios à ACT [Autoridade para as Condições do Trabalho] e outra capacidade de intervenção, para que a imigração irregular diminua substancialmente. E precisamos que as pessoas que chegam estejam menos vulneráveis, por estarem nas mãos de grupos de contrabandistas de pessoas. Isto consegue-se com uma política de vistos mais realista e fazendo algumas reformas nos nossos serviços consulares, ainda muito desenhados para a emigração e não tanto para a imigração”, defende.

Pedro Góis, especialista em Sociologia das Migrações, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, tem uma opinião similar. Também ele defende que é essencial “transformar a rede consular para se adaptar à realidade da imigração” e insiste na necessidade de a AIMA se tornar mais eficiente. “Primeiro, temos de regularizar os que cá estão, colocando recursos no sistema, tornando os processos de regularização mais rápidos. Precisamos de saber quantos são e quem são. Em Outubro, tínhamos 350 mil processos pendentes de pessoas, que não se faz ideia de quem são, a pedir processos de regularização. Na verdade, nem sabemos se já cá estão”, diz.

“**Boom**” de chegadas

No relatório anual sobre a situação dos migrantes, relativo a 2023, o Observatório das Migrações apontava para a existência de quase 800 mil imigrantes a residir em Portugal. O número já terá subido e continua em crescendo, o que, argumenta Pedro Góis, está a dificultar a capacidade de resposta da AIMA, que qualifica como “uma boa ideia num mau momento”. “Está a chegar mais gente em velocidade de cruzeiro, o nascimento da AIMA apanhou o maior ‘boom’ de sempre da imigração”, refere.

E esta chegada de imigrantes, que a generalidade dos partidos classifica como positiva, não só porque o país precisa desesperadamente de mão-de-obra que não tem, como pela boa influência na natalidade (no ano passado quase 17% dos novos bebés do país nasceram de mães estrangeiros) e nas sustentabilidade da Segurança Social (contribuíram sete vezes mais para ela do que o valor que receberam em prestações sociais), leva algumas forças políticas a incluir nos seus programas medidas que apontam directamente para um maior controlo e restrição na atribuição de vistos.

A Aliança Democrática (AD, que inclui o PSD, o CDS-PP e o PPM) diz mesmo que é preciso “adoptar o princípio de que somos ‘um país de portas abertas à imigração, mas não de portas escancaradas’”, defendendo a necessidade de se criarem “objectivos quantitativos para a imigração”.

Rui Pena Pires encontra problemas nos pressupostos desta medida. “Não acho que o país esteja de portas escancaradas. É muito difícil migrar legalmente, os serviços consulares dão um número de vistos que é completamente desproporcionado para baixo em relação à procura. Se vamos tentar controlar a imigração dando ainda menos vistos, o que vamos ter é mais imigração irregular”, defende.

Por isso, insiste, “o problema não está na entrada”, mas sim no controlo que se faz posteriormente das condições em que os migrantes cá permanecem. E, de novo, voltamos à questão do mercado de trabalho. “Essas pessoas não entram às escondidas, vêm com vistos de turismo. O que lhes permite fixarem-se ilegalmente é o facto de termos um mercado de trabalho com elevado grau de informalidade em muitos sectores.”

Pedro Góis também defende que “a ideia de maior controlo não faz muito sentido”, mas defende que é preciso uma “maior definição de políticas futuras” e, sobretudo, “uma melhor interacção com o mercado de trabalho, para que se perceba se quem está a chegar está a responder às necessidades que existem”, refere.

Porque, tanto o especialista de Coimbra como o do Iscte são unânimes numa apreciação – a esmagadora maioria de quem imigra para Portugal vem para trabalhar e respondendo aos sinais que o mercado emite. “O mercado de trabalho tem sido o grande regulador da imigração. Quando a taxa de

desemprego sobe em Portugal, a imigração baixa”, especifica Rui Pena Pires.

A Jorge Malheiros não repugna a ideia de que se possa discutir a introdução de quotas de imigração para alguns vistos, mas nunca como medida isolada, diz. “Creio que as medidas que existem funcionam, desde que haja mecanismos de controlo. Não sei se deve ser introduzida qualquer tipo de quota para a imigração, embora acredite que se possa pensar nessa possibilidade para alguns vistos, eventualmente, os de procura de trabalho. Isso teria sempre de ser feito num debate com os parceiros sociais, as associações de imigrantes. E não devem ser quotas segmentadas por qualificados ou não qualificados, ou por regiões, isso não me parece possível. O que temos verdadeiramente de fazer é melhorar o pacote que se oferece aos imigrantes, por exemplo, na garantia de acesso à habitação.”

Pedro Góis também insiste nesta ideia: “Temos de criar condições para a integração a longo prazo, ao nível da escola, da habitação, da formação, do reagrupamento familiar. Não nos serve de nada receber muitos imigrantes se se forem embora em pouco tempo.” Para o sociólogo, era mesmo essencial que houvesse um consenso alargado sobre esta temática. “Fala-se muito de um pacto para a justiça ou a saúde, mas, noutros moldes, a imigração também precisa de um pacto. É um tema que tem sido consensual ao centro, mas é preciso mais do que isso”, diz.

Maior risco de pobreza

Colocar o foco nas condições oferecidas aos imigrantes é uma opção que encontra justificações quando se olha para alguns indicadores relacionados com a sua qualidade de vida. Apesar de serem uma importante força de trabalho em áreas essenciais, como a construção, a pesca e a agricultura ou os serviços de apoio, a verdade é que a informalidade ou sazonalidade de algumas destas actividades, bem como os baixos salários auferidos por muitos, os colocam em situações de maior vulnerabilidade.

O relatório do Observatório das Migrações refere, por exemplo, que em 2022, a taxa de risco de pobreza ou exclusão social atingia 30,5% dos estrangeiros a residir no país, contra 19,8% dos portugueses. Também a taxa de desemprego era bem mais elevada entre os estrangeiros provenientes de países extracomunitários do que entre os cidadãos nacionais – 14,3% e 6,1%, respectivamente.

Situações que têm reflexos muito visíveis no campo da habitação – a sobrecarga de despesa com a casa atingia 31,6% dos estrangeiros e apenas 4,3% dos portugueses. E a taxa de sobrelotação, em 2022, chegava aos 19,1% entre estrangeiros e a 7,9% dos portugueses.

De volta a Braga, Rafael Silva, de 49 anos, não teve de lidar com estes problemas, quando há cerca de quatro anos imigrou do Brasil para Portugal. Veio sozinho e, alguns meses depois, chegaram a mulher e os dois filhos. Já mudou de emprego várias vezes. A agora é motorista de uma plataforma digital e não se imagina a ir embora.

“Adoramos Portugal. Estamos adaptados, não queremos mais voltar para o Brasil, achamos que aqui é um lugar melhor para criar os filhos. A escola é excepcional, não tenho nada a dizer, só que eu já tenho os documentos [de residência] e não consegui ainda fazer o reagrupamento familiar. Continuamos à espera e as empresas não querem mais contratar ninguém sem documentos”, diz, argumentando que é esta a razão para a mulher ainda não ter emprego.

Para outros imigrantes, como tem sido profusamente noticiado, a realidade é bem mais dura. Basta procurar as informações sobre a exploração nos campos do Alentejo. Ou referências a acidentes de trabalho, como aquele que há poucos dias vitimou dois cabo-verdianos nos Estaleiros de Viana do Castelo.

As causas do acidente ainda estão a ser investigadas, mas Albano Ribeiro, do Sindicato da Construção de Portugal, não tem muitas dúvidas sobre o que poderá ter acontecido. “Posso dizer com toda a certeza, do que conheço no terreno, que 60% dos muitos milhares que entraram no país, não são operários qualificados. Ainda há dias morreram dois trabalhadores estrangeiros e muitos mais vão morrer”, teme.

O sindicalista defende que, como já acontece com algumas empresas, estes trabalhadores, necessários às obras em curso no país, deveriam receber formação no seu país de origem antes de serem enviados para Portugal. Pedro Góis acredita que não tem de ser necessariamente assim. “Não faz mal que não tenham qualificações à chegada, mas não é possível que permaneçam assim o resto da vida. Se chegam e são necessários, temos de lhes dar formação”, defende.

Olhando para a generalidade das propostas das forças políticas, Jorge Malheiros lamenta que não exista mais aprofundamento em questões relacionadas com a ampliação de direitos (como o de voto, que é apenas referido pelo Bloco de Esquerda), o tema do asilo, do futuro da AIMA ou do envolvimento dos municípios e das associações de imigrantes nas políticas futuras. E também ele acredita num facto: “Não somos um país de portas abertas e muito menos escancaradas.”